

Estado chinês no século XXI

Nova economia do projeto, combate à pobreza e ordenamento do território

The Chinese state in the 21st century

New project economy, poverty alleviation and territorial planning

kayuã girardi*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2025.171.008>



Diário do Povo

RESUMO

Este artigo busca compreender como a teoria da nova economia do projetoamento (NEP) contribui para o entendimento das inovações institucionais na China focando a relação entre o combate à pobreza e o ordenamento territorial. Desde a abertura econômica, em 1978, a China passou de uma economia agrária para a mais complexa do mundo, com o Estado liderando o processo de industrialização e ordenamento do território. Reformas estruturantes, implementadas de forma gradual e experimental, criaram instituições que impulsionaram o desenvolvimento econômico e social do país. A análise da NEP é utilizada para entender como esse modelo de economia planejada influencia o combate à pobreza, destacando materialidades que comprovam essa hipótese. O estudo adota uma abordagem dialética e utiliza fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos para realizar um levantamento de dados. Após a introdução, o artigo está dividido em duas seções centrais: a primeira analisa como a NEP se manifesta de forma material na China, e a segunda explora a conexão entre o combate à pobreza e o ordenamento territorial chinês. Conclui-se que as mudanças estruturais chinesas, impulsionadas por inovações institucionais, desafiam paradigmas econômicos hegemônicos e reforçam o papel do Estado no desenvolvimento e na organização territorial.

Palavras-chave: China. Estado chinês. Nova economia do projetoamento. Combate à pobreza. Ordenamento territorial.

ABSTRACT

This article seeks to understand how the new projectment economy (NPE) contributes to the understanding of institutional innovations in China, focusing on the relationship between poverty alleviation and territorial planning. Since the economic process of reform and opening-up in 1978, China has gone from an agrarian economy to the most complex in the world, with the state leading the process of industrialization and land-use planning. Structural reforms, implemented gradually and experimentally, have created new institutions that have boosted the country's economic and social development. The NPE is used to explain how this model of planned economy influences the fight against poverty, highlighting materialities that prove this hypothesis. The study adopts a dialectical approach and uses bibliographical sources, technical-scientific articles and economic censuses to gather data. After the introduction, the article is divided into two main sections: the first analyzes how the NPE manifests itself in a material way in China; the second explores the connection between poverty alleviation and Chinese spatial planning. The conclusion is that China's structural changes, driven by institutional innovations, challenge hegemonic economic paradigms and reinforce the role of the state in development and territorial organization.

Keywords: China. Chinese state. New projectment economy. Poverty alleviation. Territorial planning.

1. INTRODUÇÃO

Desde a Revolução de 1949, a República Popular da China (RPC) teve cinco líderes políticos. Nesse período ocorreram diversas reformas em todos os setores da sociedade chinesa. Para a compreensão do desenvolvimento chinês, é necessário relembrar a trajetória política desde a Revolução de 1949 até os dias atuais, consolidando o país como o segundo maior produto interno bruto (PIB) e a maior reserva monetária do mundo. O processo se iniciou com Mao Zedong, que, como presidente, incrementou ao longo de quase três décadas (1949-1976) todo o seu arcabouço teórico político marxista-leninista, aplicando-o na materialidade chinesa. Esse período maoista foi marcado pela Revolução Cultural e o Grande Salto para a Frente. Com Deng Xiaoping, a partir de 1976, como vice-presidente do país e se tornando secretário-geral, ocorreu o que ele chama de segunda revolução, executando-se a reforma e abertura da economia para uma chamada economia de mercado socialista (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

Em meados de 1989, Jiang Zemin, inicialmente como secretário-geral, e na Presidência da China a partir de 1993, iniciou o processo do chamado socialismo com características chinesas e a aplicação da teoria das três representações¹. Hu Jintao tornou-se vice-presidente do país em 1998, secretário-geral do Partido Comunista da China (PCCh) em 2002 e presidente em 2003. Foi responsável pela aplicação da chamada *sociedade harmoniosa*, através do desenvolvimento científico, para equilibrar crescimento e meio ambiente. Xi Jinping, como Hu Jintao, foi vice-presidente do governo que o antecedeu. Eleito vice-presidente em 2008, assumiu a Presidência em 2013. Com ele, a China vem passando pelo projeto político nacional intitulado Sonho Chinês, totalmente ligado ao grande projeto de desenvolvimento nacional que estamos presenciando nestas últimas décadas. Esse projeto está totalmente ligado ao crescimento econômico de forma harmoniosa com o meio ambiente, um objetivo que a China busca e que se intitula Civilização Ecológica (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

A confiança construída pelo país no cenário político internacional desde o início do século XXI faz com que o Sonho Chinês esteja ligado umbilicalmente à construção da Civilização Ecológica, que acabou se tornando uma ferramenta para a contestação dos modelos ocidentais e mostrando mudanças significativas na questão da identidade do país, totalmente associada a um caminho próprio, com princípios únicos que partem da sua própria realidade (Weins; Ferreira; Feodrippe, 2020).

Desde a abertura econômica, em 1978, o país, que até então era uma economia agrária, tornou-se a economia mais complexa do mundo. O Estado está à frente de todo o processo de industrialização, implementação de serviços e ordenamento do território. Gradativamente e de forma experimental, conduz reformas estruturantes, promovendo a adaptação e criação de instituições. Tendo em vista essas inovações institucionais, perguntamos: como a teoria da nova economia do projetamento (NEP) contribui para o entendimento

¹ Jiang Zemin, no 16º Congresso do PCCh, apresenta formalmente a seguinte teoria: “Essa experiência e as experiências históricas obtidas pelo partido desde sua fundação podem ser resumidas da seguinte forma: nosso partido deve sempre representar os requisitos para o desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China, a orientação da cultura avançada da China e os interesses fundamentais da maioria esmagadora do povo chinês. Esses são os requisitos inexoráveis para a manutenção e desenvolvimento do socialismo, e a conclusão lógica a que nosso partido chegou através de uma difícil exploração e de uma grande práxis.” (Jiang, 2012, tradução nossa)

desse novos paradigmas? De que forma influencia o combate à pobreza e o ordenamento do território? Para responder a essas questões, procura-se compreender a NEP e a forma com que autores utilizam essa teoria para compreender o paradigma chinês. Especificamente, quais materialidades são apontadas para comprovar essa hipótese? E como o combate à pobreza está ligado ao ordenamento territorial na China?

Justifica-se o tema proposto em razão das mudanças estruturais chinesas que interferem no desenvolvimento econômico e o impulsionam de forma revolucionária, fazendo surgir uma grande interrogação sobre os paradigmas econômicos vigentes e hegemônicos. Com a segunda maior população e o terceiro maior território do mundo, a China conseguiu chegar a um grande nível de organização como sociedade. Com uma abordagem teórica e metodológica dialética, foi feito um levantamento de dados secundários, por meio de fontes bibliográficas, artigos técnico-científicos e censos econômicos. Com base nos dados coletados, busca-se atingir os objetivos referidos acima, com um recorte histórico-geográfico da China do século XXI.

Este artigo está estruturado em introdução, considerações finais e duas seções principais: uma busca compreender a NEP e de que maneira ela se manifesta de forma material na China; a outra procura compreender a relação da nova formação econômico-social (NFES) com o combate à pobreza e o ordenamento territorial chinês.

2. A TEORIA DA ECONOMIA DO PROJETAMENTO NO ESTADO CHINÊS

O que seria a chamada *economia do projetamento* para o economista brasileiro Ignácio Rangel? Objetivamente, pode ser considerada uma economia que surgiu a partir de paradigmas e inovações institucionais como a Revolução Russa, o keynesianismo e a economia monetária (Castro, 2014, p. 202). Para Rangel, “projetar consiste, em última análise, em ordenar o emprego de certa quantidade de recursos com vistas a obter outra quantidade de recursos” (Rangel, 1987, p. 25). Sendo que “os recursos consumidos são denominados de custo e os produzidos, benefícios, a missão do projetamento econômico consiste em encontrar a denominação comum para os dois termos da razão benefício/custo sob o ponto de vista econômico” (Rangel, 1987, p. 26).

Nas obras desse intelectual transparecia a relação entre fatos históricos evidenciados na planificação econômica como um grande fato econômico do século XX, absorvendo de forma inovadora a noção de Kant (1724-1804) de que a ciência teria uma dinâmica evolutiva dupla, sendo uma ligada de forma direta à história e a outra, à prática fenomenológica. Para Jabbour *et al.* (2020), as evidências que chegam da China são suficientes para a compreensão do presente século, a conceituação da economia do projetamento sendo um novo modo de produção cujo objetivo é a produção do valor e a regulação do uso a partir da racionalidade do cálculo econômico (Jabbour *et al.*, 2020)

A retomada do crescimento acentuado no pós-pandemia está sendo feita por meio de fortes investimentos em infraestrutura através da Nova Rota da Seda, terrestre e marítima. O desenvolvimento do potencial da Quarta Revolução Industrial nas áreas de inteligência artificial, internet das coisas, tecnologia verde e 5G está sendo redirecionado ao mercado interno para a redução da pobreza, em um grande projeto em que a pandemia foi um elemento de intensificação do processo, partindo da NFES e da capacidade estatal, uma economia de prontidão (Jabbour *et al.*, 2020).



Da esq. para a dir.: Jiang Zemin, então presidente da China, discursando no 16° Congresso do PCCh, 2002; Hu Jintao, eleito presidente em 2003; Xi Jinping, que assumiu a Presidência em 2013

Por esse motivo a China não irá alterar o curso do projeto expansivo planejado para a metade do século XXI. Irá acelerar o projeto dos chamados “Dois centenários”² para atingir a meta de longo prazo. O resultado do desenvolvimento chinês nas últimas décadas pode ser visto como uma transição para uma economia centralmente planejada, com grandes restrições a diligências da iniciativa privada e do mercado, mas também um caráter planejado que é mercantil, com um peso quantitativo crescente do setor não estatal. Os grandes bancos de desenvolvimento devem ser vistos como a ponta de um *iceberg* institucional que deve ser analisado (Jabbour; Paula, 2018).

A formação do sistema financeiro está em algo maior e coexistente. As profundas reformas institucionais fizeram com que surgisse um setor privado dinâmico, concomitante a um processo de maior centralização de capital estatal. Esses dois pontos e suas dinâmicas são fundamentais para compreender o processo de *catching-up* e os projetos nacionais. Para isso, resgata-se a teoria do economista brasileiro Ignácio Rangel (1914-1994), que sustentava a tese de que, a cada ciclo breve da economia, mudanças institucionais são necessárias à reorganização das atividades do Estado e da iniciativa privada, como também uma “promoção de transferência intersetorial de recursos” (Jabbour; Paula, 2018, p. 7).

Os resultados disso são a superação da crise e a abertura de um novo período de desenvolvimento, sendo essa *a priori* uma dialética que não se esgotou. A teoria rangeliana refere-se de forma frequente a uma dinâmica entre ambos os setores da economia, acompanhando o processo de desenvolvimento do Brasil, estudado pelo intelectual. Esses “ciclos

² Tradução própria. Em chinês, 两个一百年 é um slogan que se refere aos dois aniversários de cem anos (do partido e da revolução), representando um conjunto evidente de metas políticas e econômicas avançadas comandado pelo líder Xi Jinping no 18° Congresso Nacional do PCCh, em 2012. Seria a fundação básica para alcançar o chamado Sonho Chinês. Em 2021 a meta da construção de uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos foi alcançada, com a erradicação da extrema pobreza. Já para 2049 o objetivo é a construção de um país socialista moderno, próspero, forte, democrático, culturalmente avançado e harmonioso (Cintra; Pinto, 2017).

breves” não podem ser dados como existentes nos tipos de ciclo chineses, mas essa abordagem pode ser determinante para enxergar um nexo elucidativo entre os novos ciclos institucionais chineses, que ampliam o “raio de ação do setor privado, *mutatis mutandis*”, a partir da mudança qualitativa nas determinações do Estado na economia (Jabbour; Paula, 2018, p. 8).

Essa dialética apontada pelo autor aqui no Brasil tem sido recorrente no processo de desenvolvimento chinês. É notável que, ao longo das reformas econômicas chinesas (a partir da década de 1970), ocorrem alterações institucionais, dando margem a uma reorganização completa das atividades entre os dois setores antagônicos da economia e fazendo com que se abram campos internos de acumulação (Jabbour; Paula, 2018).

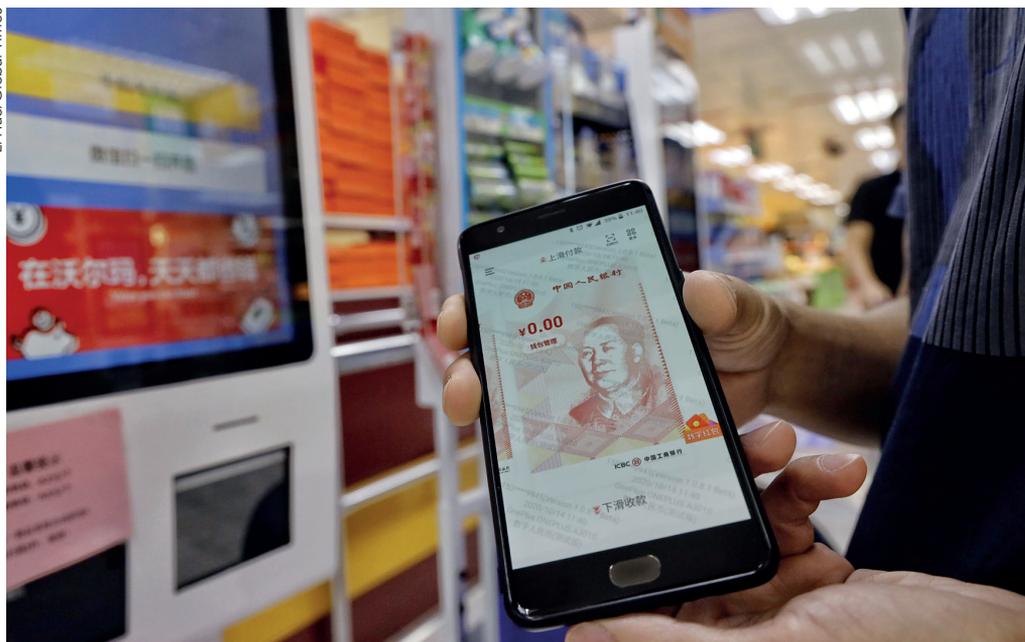
O estremecimento entre instituições de forma alguma foi algo natural e ligado às forças mercantis desreguladas. As relações entre setor privado e estatal passaram por grandes transformações, que se iniciaram nas reformas econômicas. O Estado guiou o processo de acumulação de capital, como também modificou flexivelmente, com pragmatismo, os limites das instituições, de acordo com as necessidades da realidade. Com isso, a China promoveu a concentração do próprio setor produtivo em indústrias-chave, combinando uma produtividade alta com grandes retornos em escala (Jabbour; Paula, 2018).

Ou seja, engenhrou-se um Estado com capacidade de gerenciamento de políticas de socialização de investimentos que se tornou uma fábrica de fabricantes, com um grande avanço do setor privado até mesmo em ativos estatais. A transformação da planificação econômica central em uma com maior protagonismo mercantil influenciou a reforma do sistema de preços a partir do sistema dual³, em um lento processo de liberalização concluído em 1992 (Jabbour; Paula, 2018).

Essa reestruturação política regional ocorreu durante uma grande reforma fiscal, tornando-se as províncias mais autônomas em relação ao governo central e formando uma base de diversas empresas de cantão e povoado (ECPs), encarregadas da formação da base de oferta de bens de consumo para o mercado interno e as exportações, como também da absorção de mão de obra oriunda da agricultura. O consumo familiar possibilitou um grande ciclo de crescimento, refletindo também no aumento de renda e produtividade agrícola. A expansão do mercado e do setor privado correspondeu a uma reorganização progressiva de atividades do Estado e das relações do setor privado com o próprio Estado (Jabbour; Gabriele, 2020).

³ Sistema com que o governo chinês conduziu o processo de abertura econômica, garantindo-lhe gradualidade e segurança, sendo um modelo híbrido transitório de produção capitalista e socialismo com características chinesas.

O setor privado chinês segue direção contrária à do capitalismo ocidental, ou seja, é totalmente ancilar e dependente de encomendas das decisões de investimento estatais



Com o lançamento do renminbi digital (e-RMB), em 2020, o governo chinês aumentou consideravelmente seu poder de monitoramento dos fluxos monetários

Um exemplo disso é a coordenação regulatória estatal sobre as exportações industriais das ECPs e ZEEs (zonas econômicas especiais) e as importações de máquinas e ferramentas necessárias através do sistema *dual cambial*. Outra mudança de que o Estado esteve à frente foi a expansão da base monetária na década de 1980, criando condições para a substituição do sistema financeiro de orçamento governamental por outro, centrado no crédito estatal não privado (Jabbour; Gabriele, 2020)⁴.

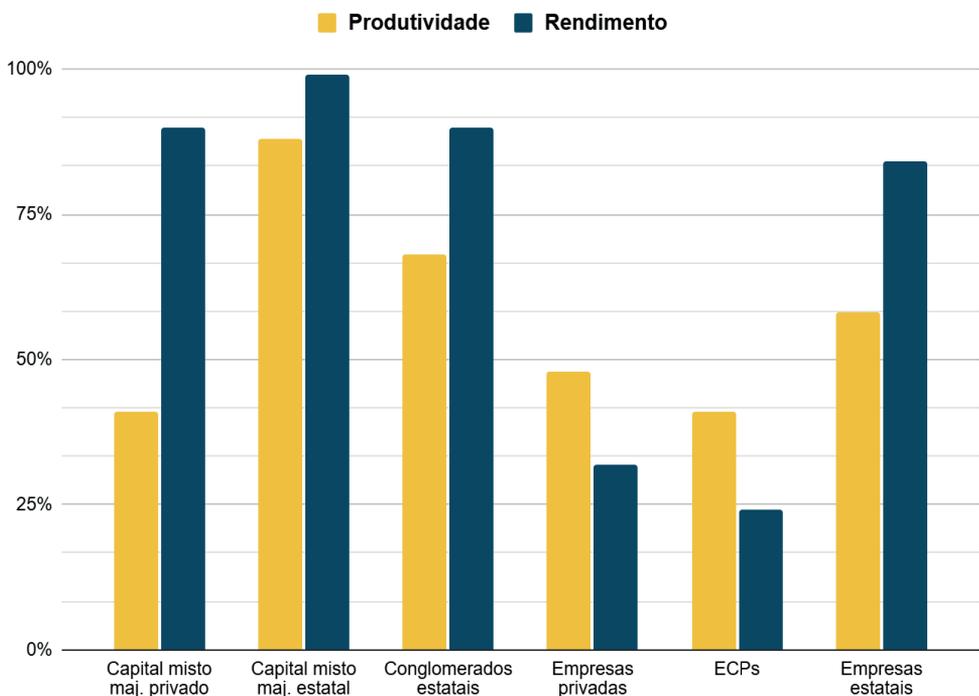
Todo esse processo acelerou-se na década de 1990 para se tornar a base do restabelecimento do Estado no comando sobre a economia, funcionando de forma efetiva para o avanço da urbanização e o atendimento das grandes necessidades de infraestrutura. Um sistema hegemonicamente estatal, com diferentes graus de funcionalidade do desenvolvimento socioeconômico que se entrelaçam: com impacto fundamental sobre as condições complexas de financiamento da economia, que afeta diretamente o nível de gastos e as variáveis da economia fundamentais, como produto e emprego, e com papel importante no sistema financeiro, pensando-se a economia continentalmente, exposta ao aparecimento de pontos de asfixia, o que torna a transferência intersetorial de recursos imprescindível para o combate aos desequilíbrios sociais e regionais presentes em diferentes setores da economia do país (Jabbour; Paula, 2018).

Os grandes bancos estatais, nacionais e regionais formaram-se ao longo de diferentes períodos. Com diversos controles de capital, atendendo a exigências variadas de inúmeros setores. Enxerga-se o sistema financeiro chinês como um conjunto complexo de instituições estatais que induzem o desenvolvimento, tornando-se um dos pilares da estratégia nacional segundo a qual o Estado é fluido para preencher possíveis lacunas geradas em diferentes ciclos da economia (Jabbour; Paula, 2018).

⁴ Reproduzindo a síntese de Alexander Gerschenkron (1904-1978).

O papel dessas instituições é o de agente direto de uma poupança compelida pela instituição gestora, com mecanismos superiores para a administração da socialização do investimento. Esse processo acelerou-se com a crise asiática de 1997 e com a implementação de marcos institucionais que se completou com a formação da Supervision and Administration Commission of the State Council (Sasac — Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado da China), em 2002. Destacam-se o surgimento e desenvolvimento de um grande setor privado, na década de 1980, e de um capital estatal centralizado, no final da década de 1990, até o início do novo século. Com isso evidencia-se o papel estratégico dos investimentos do capital estatal. Um exemplo seria a comparação da produtividade do trabalho e do rendimento entre empresas estatais e privadas, por trabalhador (Jabbour; Paula, 2018), como vemos no gráfico a seguir.

Gráfico 1 — Produtividade do trabalho e rendimento entre empresas, por tipo e composição de capital — China, 2007



Fonte: elaboração do autor, com base em NBSC (2022).

Nota: conglomerados estatais são grandes grupos diversificados que atuam em múltiplos setores (energia, telecomunicações, tecnologia) e têm presença global, enquanto empresas estatais em geral são mais especializadas, focadas em setores específicos (petróleo, transporte) e com menor exposição internacional. Ambos os grupos são estratégicos para a economia chinesa, mas os conglomerados destacam-se por sua complexidade estrutural, influência política e capacidade de promover interesses nacionais e expansão global.

A resposta da China à crise de 2008 comprovou a capacidade de ordenamento do país. Notou-se uma amálgama entre a questão financeira pública e a aptidão de executar um pacote de estímulos financeiros através de 149 conglomerados estatais e empresariais. O Estado tem o controle dos investimentos e sua socialização, e isso foi possível a partir da criação da Sasac,

A adaptação da teoria de Ignácio Rangel à realidade chinesa tem de ser vista como uma experimentação, pois o fenômeno está em constante metamorfose, e a nova teoria, sujeita a adaptações, como um átomo em laboratório que é bombardeado com diversas partículas para transformá-lo em um novo elemento químico

que nasceu com o objetivo de representar o Estado com suas ações nas 149 companhias. Houve uma coordenação entre investimentos e sistema estatal de intermediação financeira, garantindo-se a preponderância da atuação estatal (Jabbour; Rodrigues, 2021).

O país conseguiu atravessar todas as grandes crises — internas ou externas —, marcadas pela hegemonia dos princípios neoliberais na economia, através da estruturação de instituições que consolidam opções estratégicas em busca da superação dos desafios causados pelo processo de desenvolvimento. O Estado socialista chinês é definido como “imensos conglomerados empresariais estatais e um bem capilarizado sistema público de financiamento de longo prazo”, sendo que ele não prescinde “de controles sobre o fluxo de capitais que capacitaram o Estado a isolar a política monetária dos fluxos de capitais externos, aumentando a margem de manobra para adoção de políticas econômicas autônomas em relação às condições financeiras internacionais” (Jabbour; Paula, 2018, p. 18).

Existe uma reorganização contínua das atribuições dos setores econômicos antagônicos, sem retirar do Estado a função de núcleo duro do sistema produtivo e das finanças domésticas. Também há os processos fundamentais de acumulação, através da fixação das taxas de juros e câmbio, e um isolamento da política monetária das condições específicas da economia internacional, utilizando o controle sobre o fluxo de capitais e iniciando-se com duas variáveis fundamentais para a socialização do investimento chinês, as exportações e a taxa de câmbio, sendo que as exportações chinesas cresceram quatro vezes mais que a média mundial, enquanto o desempenho da taxa de câmbio reflete os ciclos de mudanças institucionais por que a economia doméstica chinesa vem passando desde o início das reformas, na década de 1970. A desvalorização do yuan ocorre desde 1981, passando por ajustes fiscais internos na década seguinte, até que em 2006 foi implementado um regime cambial semifixo, sendo a moeda doméstica depreciada de forma controlada (Jabbour; Dantas, 2017).

A nova economia do projetamento nasce com uma distinção das economias capitalistas, nas quais o fator principal é a produção com caráter privado, oferecendo uma caixa de ferramentas para a superação da chamada incerteza keynesiana. Essa possibilidade de superação está principalmente na questão da decisão de investimento, capaz de orientar e firmar o funcionamento de toda a economia, que não está em mãos privadas, mas sim

do Estado, através das empresas e bancos públicos. O setor privado chinês segue direção contrária à do capitalismo ocidental, ou seja, é totalmente ancilar e dependente de encomendas das decisões de investimento estatais. Isso serve como um parâmetro histórico da forma pela qual a incerteza keynesiana é tratada através do respaldo da NEP, sendo que essa característica da teoria econômica contém um grande acúmulo empírico, começando pela análise de grandes pacotes fiscais que são executados desde a década de 1990 (Jabbour; Gabriele, 2021).

Por isso, é muito visível que o país está vivendo uma enorme transição interna na dinâmica de acumulação, demandando um maior consumo em detrimento do investimento. Soma-se a isso uma realidade econômica internacional abstrusa, resultando em um grande conjunto de contradições sociais, regionais e ambientais cada vez mais latentes. O processo de internacionalização da moeda chinesa combina-se com uma liberalização financeira maior, e o surgimento de novos modelos de ação e planejamento estatal prepara o país para o combate aos desafios internos e também do ciclo econômico. Todas as medidas de liberalização historicamente vêm seguidas de uma forte atuação estatal, vigilante e com um olhar sistemático geral (Jabbour; Dantas; Vadell, 2022).

A economia do projetamento é uma antítese à financeirização, sendo totalmente voltada para o setor produtivo (com forte repressão financeira) e buscando a fronteira tecnológica, com capacidade de construção de bens públicos gigantescos. É uma versão permanente da engenharia social estabelecida pelo New Deal rooseveltiano (Mathias *et al.*, 2021), baseada na alta capacidade estatal, sendo o principal núcleo os grandes conglomerados empresariais estatais (GCEEs), responsáveis por uma “geração de efeitos de encadeamento [entendidos] a todo o conjunto da economia nacional chinesa” (Jabbour; Rodrigues, 2021, p. 7).

Um acontecimento recente não pode deixar de ser citado, pois está ligado diretamente com a NEP. É a proibição da criptomoeda *bitcoin* (um excelente exemplo da anarquia do mercado) por parte do governo chinês, acompanhada da alternativa lançada pelo Banco Popular da China (BPC), que anunciou no primeiro semestre de 2020 o lançamento do renminbi digital (e-RMB) para teste em metrópoles como Shenzhen, Suzhou e Chengdu e no distrito de Xiong’an. A CBDC (moeda digital do Banco Central), de utilização geral, substituiu a moeda oficial, representando de forma digital a paridade e a plena conversibilidade interna, para ser utilizada em todos os pagamentos de impostos, taxas e serviços. Com isso, o banco tem como objetivo generalizar o uso e a capacidade de monitoramento em tempo real dos fluxos monetários, através da otimização e melhora do funcionamento deles (Jabbour; Kosinski, 2022).

Através desse sistema, o poder de supervisão e manipulação das condições financeiras melhorou significativamente. De forma simplificada, trata-se de uma moeda digital com comando governamental, totalmente subordinada aos objetivos da política monetária, fiscal e de desenvolvimento. Outro ponto é a criação de um sistema internacional de pagamentos alternativo, que dribla o *swift*⁵, facilitando o acesso de estrangeiros à moeda e escapando da hegemonia do dólar. Estabeleceu-se o domínio do governo chinês sobre as tecnologias-base das criptomoedas, certificando a vigilância sobre a ordem social, o controle monetário governamental e a segurança financeira do país (Jabbour; Kosinski, 2022).

⁵ A Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication (Swift) é uma rede global que permite transferências bancárias internacionais entre bancos de diferentes países e constitui uma das principais ferramentas de controle financeiro do imperialismo mundial.

É formado um novo compromisso político-social, com o poder político eventualmente passando de um grupo de interesse para outro, mas sempre direcionado a um objetivo geral básico e condutor: legitimidade política, integridade do Estado unitário e crescimento da renda da população. O Estado chinês e, por conseguinte, o PCCh, demonstram que são altamente inovadores e flexíveis quanto às novas realidades que os cercam, com uma habilidade única para a autocorreção e reinvenção

Essas questões acerca do desenvolvimento chinês conseguem explicar as contradições geradas por todas essas reformas e ciclos de inovação institucional. O estímulo a essas mudanças na sociedade chinesa acabou gerando diversas antinomias (até mesmo no sistema econômico político mundial), demonstrando que todos esses ciclos são sintomas de uma NFES. O socialismo de características chinesas é um produtor de novos paradigmas, ao mesmo tempo que quebra outros existentes de forma dialética (Jabbour; Gabriele, 2021).

Desse modo, pode-se concluir que existe materialidade suficiente para sustentar a hipótese de Jabbour e Gabriele (2021): a China estaria experimentando uma NFES que a teoria adaptada pelo autor consegue explicar, chamada de NEP, podendo alimentar diferentes lentes epistêmicas que consigam enxergar as novas fronteiras do sistema socioeconômico chinês (Jabbour; Gabriele, 2021). A adaptação da teoria de Ignácio Rangel à realidade chinesa tem de ser vista como uma experimentação, pois o fenômeno está em constante metamorfose, e a nova teoria, sujeita a adaptações, como um átomo em laboratório que é bombardeado com diversas partículas para transformá-lo em um novo elemento químico. A China do século XXI é um átomo, resultante de uma revolução e transformação socialista, que a partir da década de 1970 passou a ser transformada em um novo elemento, com todas as reformas, investimentos e a planificação econômica que vem ocorrendo nas últimas décadas.

3. NOVA FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL, COMBATE À POBREZA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O desenvolvimento de um grande setor público da economia chinesa gerou efeitos de encadeamento em toda a organização econômica, o que é uma grande característica da formação da nova classe econômico-social do país. A dominância do setor público na

economia expressa a capacidade de geração de demanda para outros setores da economia, principalmente o privado. Essa seria uma característica da nova formação econômico-social de orientação socialista, ou seja, a dependência do setor privado para com as demandas do setor público da economia. É necessário compreender a estratégia de desenvolvimento e as instituições que contornam e formam a mudança estrutural econômica e, logicamente, o socialismo de mercado (Jabbour; Gabriele, 2021).

Os pontos abordados podem ressignificar o socialismo como projeto desenvolvimentista. Muitos países capitalistas desenvolveram-se graças a um processo que envolve uma aptidão para a quebra do círculo vicioso das leis comparativas⁶, que são interpeladas pelos projetos nacionais com capacidade de margem de manobra (*policy space*), gerando políticas fiscais e monetárias expansionistas e políticas cambiais com objetivo estratégico de emparelhamento (*catching-up*) com os países capitalistas centrais (Jabbour; Gabriele, 2021).

O ponto chave é a criação da Sasac, um gerente (*manager*) da economia socialista de mercado. A investigação do desenvolvimento das diferentes formas de propriedade intrínsecas ao processo chinês é fundamental para diferenciar a NFES chinesa dos outros tipos, capitalistas ou até mesmo socialistas. O socialismo com características chinesas não está acabado, muito pelo contrário, essa experiência ainda é embrionária. Pode-se considerar essa NFES como uma “variante socialista de Estado desenvolvimentista de tipo asiático” (Jabbour, Gabriele, 2021, p. 146).

Podemos exemplificar a capacidade de intervenção estatal no ordenamento do território com o Programa de Desenvolvimento do Grande Oeste (PDGO) e o pacote de estímulos à economia na crise de 2008. A construção das institucionalidades fez com que diferentes dinâmicas de acumulação fossem embutidas nas novas políticas econômicas e industriais, principalmente pelo Estado. Cada ciclo de inovação institucional modificou o papel do Estado e promoveu a elevação quantitativa do mercado ou setor privado (Jabbour; Gabriele, 2021).

Para a implementação de reformas e inovações, não é segredo que um país necessita, como pré-requisito fundamental, de estabilidade política. É o que ocorre na China por intermédio do PCCh, que tem controle absoluto sobre o sistema político. Foi prolongada e radicalizada a tradição milenar do país a partir da criação de uma espécie de sistema político que lembra as antigas dinastias chinesas. Os líderes políticos gerem a economia para a produção de mais riquezas, de forma cada vez mais eficaz, e para a construção de um país moderno. As políticas macroeconômica, comercial, industrial, de ciência e tecnologia e de defesa integram a grande estratégia social e nacional para reconquistar totalmente a posição internacional autônoma e preeminente do país (Cintra; Pinto, 2017).

É formado um novo compromisso político-social, com o poder político eventualmente passando de um grupo de interesse para outro, mas sempre direcionado a um objetivo geral básico e condutor: legitimidade política, integridade do Estado unitário e crescimento da renda da população. O Estado chinês e, por conseguinte, o PCCh, demonstram que são altamente inovadores e flexíveis⁷ quanto às novas realidades que os cercam, com uma habilidade única para a autocorreção e reinvenção, através das mudanças de rumo conforme o surgimento de novos desafios. As contradições do chamado regime de

⁶ A lei da vantagem comparativa é um conceito econômico de David Ricardo, elaborado em 1817, que explica o comércio internacional entre países.

⁷ Um excelente exemplo disso foi a adaptação das políticas socioeconômicas ao cenário da pandemia.



Xi Jinping visita famílias de agricultores na vila de Shibadong, no condado de Huayuan, em novembro de 2013. Na ocasião, ele fez declarações sobre os projetos chineses para superação da pobreza, especialmente nas áreas rurais

crescimento fizeram eclodir um novo período de transição interna, e a economia chinesa é uma das mais dinâmicas do mundo (Cintra; Pinto, 2017).

Um exemplo disso são alguns números surpreendentes, como por exemplo a redução de 99 milhões para 16,6 milhões, entre 2012 e 2018, de cidadãos afetados pela pobreza rural. Desde 1978, mais de 800 milhões de chineses foram retirados da pobreza, representando mais de 70% do total global no período. Outro número interessante é o aumento da expectativa de vida, de 35 anos para 77 anos, entre 1949 e 2018. Um relatório sobre bem-estar global produzido pelo Boston Consulting Group (BCG) em 2018 atribuiu à China a taxa de crescimento mais rápida nesse quesito entre os 152 países avaliados, subindo 25 lugares na última década e demonstrando que o país desenvolve sua economia não só através do crescimento econômico, mas também da redistribuição de renda para toda a população (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020).

São mais de 10 milhões de novos empregos urbanos por ano, sendo que entre 2005 e 2017 o dragão asiático teve o crescimento salarial mais rápido do mundo. Todas as mudanças concretas no bem-estar material resultaram em um aumento da satisfação popular⁸, principalmente entre a população historicamente empobrecida e marginalizada que vive no interior do país (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020).

Para a redução das desigualdades sociais e regionais — leia-se contradições do desenvolvimento —, está se desenvolvendo um novo contrato social, que chamam de Estado de

⁸ "[A]valiando a satisfação geral acerca da atuação do Governo Central, demonstrou-se que, em 2003, 86,1% dos entrevistados encontravam-se satisfeitos, já em 2016 chega-se a 93,1% destes. No nível provincial passou-se de 75% em 2003, para 81,7%, em 2016; no nível de condado os números passam de 52%, para 73,9% que relataram satisfação, e no nível municipal foram de 43,6%, em 2003, para 70,2%, em 2016." (Cambuhy; Siqueira Neto, 2020, p. 277)

bem-estar social (Ebes) com características chinesas⁹, implementando a maior cobertura de sistema único de saúde pública e previdência do mundo, provendo bens públicos de caráter universal e desenvolvendo uma urbanização e industrialização de menor impacto ambiental. Ao mesmo tempo, amplia-se a renda e o consumo da população, sendo esses os pilares estratégicos de planejamento visando transformar e reformar o regime de crescimento. É um processo de transição gerador de atritos conforme os interesses e repercussões políticas na estrutura do governo (Cintra; Pinto, 2017).

A abordagem chinesa para a erradicação da pobreza extrema assenta em duas bases: a economia como base de transformação estrutural através do crescimento da produtividade agrícola, da industrialização, do gerenciamento da urbanização e migração rural e urbana e das obras de infraestrutura. Já a segunda base são as políticas públicas direcionadas com base na localização geográfica, na família e na proteção social. Políticas públicas foram criadas para enfrentar a pobreza na década de 1980 através do Comitê Central do PCCh e do Conselho de Estado, que emitiram documentos que visavam ao desenvolvimento das áreas pobres, com foco na geração de emprego no campo através da agricultura e pecuária com maior valor agregado. Em 1986, o Conselho de Estado executou o Programa de Redução da Pobreza Direcionado Geograficamente, que identificou 331 condados prioritários; com isso, a população empobrecida caiu de 125 para 80 milhões em 1992 (Maia, 2023). Para facilitar o entendimento, podemos dividir em três períodos as políticas públicas aplicadas por diferentes líderes do PCCh (quadro 1).

Quadro 1 — Políticas públicas aplicadas por diferentes líderes chineses — 1993-2027

Jiang Zemin (1993-2003)	Hu Jintao (2003-2013)	Xi Jinping (2013-2027)
Institucionalizou políticas para intensificar a criação de redes de seguridade social, incluindo o Seguro Médico Básico e o Programa de Sete Anos, para reduzir a pobreza em larga escala, retirando 80 milhões de pessoas da vulnerabilidade.	Políticas de proteção social avançaram, com destaque para o Novo Sistema Médico Cooperativo, que em 2013 cobria 99% da população rural. As áreas rurais, foco das políticas, receberam atenção com programas voltados à educação, saúde, moradia e assistência básica.	Implementou um sistema de registro e uso de <i>big data</i> para mapear e combater a pobreza em nível familiar. Xi implementou uma campanha para erradicação da pobreza extrema, e em 2020 alcançou a meta.

Fonte: elaboração própria, com base em Maia (2023).

Reforma rural, industrialização progressiva e urbanização controlada foram os principais pilares do combate à pobreza. A criação das ZEEs e o PDGO impulsionam a infraestrutura, gerando empregos e integrando regiões mais pobres à economia nacional. Fortes investimentos em educação, saúde e conectividade através de políticas públicas reduziram significativamente a pobreza em áreas rurais e remotas. O fortalecimento de programas sociais e a formalização de

⁹ O termo utilizado pelo autor não diz respeito ao Ebes ocidental (capitalista), mas sim a um Ebes chinês, de orientação socialista.

A forma-planejamento, representada pela coordenação territorial, e as formas-projeto, como a rede de trens de alta velocidade e a Nova Área de Xiong'an, demonstram a capacidade do Estado chinês de intervir no ordenamento do território, instaurando um padrão de urbanização novo

leis para a regulação do trabalho impulsionaram o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades. O programa de Xi Jinping de erradicação da pobreza se iniciou no 18º Congresso Nacional do PCCh, já o 13º Plano Quinquenal concentrou-se em desenvolvimento da industrial local, realocação de famílias residentes em áreas inóspitas, grandes obras de infraestrutura, incentivo ao comércio eletrônico, conservação ecológica, capacitação profissional e financiamentos acessíveis para combater a pobreza, com foco em áreas rurais (Sampaio, 2023).

O programa de alívio à pobreza da China foi estruturado em seis áreas principais: definição de objetivos, organização de programas, identificação precisa dos pobres, acompanhamento em campo, consideração das realidades locais e uso eficiente de capital. Havia quatro questionamentos norteadores para guiar o processo: Quem deve ser retirado da pobreza? Quem realiza o trabalho? Quais medidas são necessárias? Como avaliar o progresso? A pobreza intergeracional foi abordada através da educação e saúde, com um sistema de identificação domiciliar contabilizando 89,62 milhões de pessoas em situação de pobreza. A articulação entre governo e sociedade civil, incluindo a participação do setor privado e militar, resultou em investimentos significativos e na criação de empregos. O desenvolvimento industrial, a compensação ecológica, a melhoria educacional e a remoção de famílias de áreas de risco geraram resultados notáveis: a renda per capita dos pobres rurais aumentou em média 11,6% entre 2013 e 2020. A linha da pobreza foi ajustada para 2.300 yuans por ano em 2011, superando o padrão internacional (Sampaio, 2023).

O ordenamento do território foi alterado com a mudança demográfica que provocou inicialmente más condições nas áreas rurais devido aos empregos urbanos, houve desapropriação maciça de terras e impostos excessivos e até mesmo arbitrários aplicados pelos governos locais à agricultura e a residências rurais, sendo essa fonte da receita fiscal, com uma proliferação de expropriações alimentada pelo mercado imobiliário e pelas necessidades fiscais dos governos locais (Nogueira; Guimarães; Braga; 2019).

Outro ponto a ser abordado para a compreensão do ordenamento territorial chinês é o sistema *Hukou*. O sistema, apesar de estar passando por um processo de relaxamento das regras, ainda é um elemento fundamental da planificação e transição populacional de áreas rurais para áreas urbanas. O direito à propriedade (concessão de terras) é uma política social para a planificação, atributo distintivo da NFES que influi diretamente no papel do Estado chinês no ordenamento de território (Jabbour; Gabriele 2021).

Analisando a combinação do processo de urbanização com a produção agrícola, além das porcentagens aráveis, pode-se concluir que o processo de urbanização influencia o processo de mecanização da agricultura. A urbanização elevou a produtividade do trabalho, mesmo que as terras aráveis tenham diminuído aproximadamente 2%, comparando-se 1991 com 2014. Essa transformação da agricultura pela qual a China passa — tecnificação e especialização produtiva — aponta para a transformação da agricultura em indústria. Essas mudanças no modo de produção interno têm como palco a estrutura agrária. Por isso, a ordenação do território pelo Estado está em constante mudança nestas últimas décadas.

Voltando ao surgimento do mercado, nas ações domésticas pode-se considerar um evento significativo que ocorreu na década de 1990 no sistema financeiro chinês (Jabbour, Gabriele 2021). O desenvolvimento desse mercado de ações fez com que surgisse o mercado imobiliário, inexistente na última década do século XX, mas tornando-se comparável ao de ações em 2007. Ambos os mercados são definidos a partir da alta volatilidade e da especulação a curto prazo por diversos investidores. O resultado disso é o desenvolvimento de uma estrutura legal de assistência. Ela opera nas bolsas de Xangai e Shenzhen, que somam aproximadamente 3 mil empresas, sendo que a maioria são GCEEs (Jabbour; Gabriele, 2021).

Ao buscarmos aprofundar a compreensão sobre o setor imobiliário da China, identificamos alguns pontos chave da transição de modelo. Em 1988, o Estado reformou o sistema de aluguéis e parou com o financiamento direto de habitação no final do século XX. O mercado de empréstimos habitacionais no país cresceu rapidamente nestas últimas duas décadas. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2002 foi reflexo do surgimento de credores estrangeiros, com autorização para participação no mercado bancário nacional. O preço das habitações subiu de forma vertiginosa, mas o governo chinês tomou a primeira ação de controle e ajuste. Segundo estatísticas, houve uma duplicação dos valores habitacionais, fazendo com que o setor imobiliário se tornasse um dos setores responsáveis pelo rápido crescimento econômico no país asiático (Zhenzhen, 2018).

Os centros urbanos chineses são divididos em categorias de desenvolvimento econômico, e o governo tomou diversas medidas para ter o controle do mercado imobiliário (quadro 2). Medidas no plano nacional: regulação financeira, proibindo-se empréstimos de agentes imobiliários aos compradores; criação da Comissão Reguladora de Valores Mobiliários (CSRC, na sigla em inglês), proibindo-se o financiamento para promotores imobiliários na licitação de áreas de concentração de terras ou pagamento de empréstimos; regulação financeira, restringindo o financiamento de promotores através da gestão de ativos de empréstimos e corretores; limitação da emissão de títulos para promotores imobiliários, CSRC e Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da República Popular da China (NDRC), endurecendo as condições para o financiamento direto a incorporadoras imobiliárias para emitir títulos em mercados da costa marítima ou localizados em terras distantes da costa. Além disso, a NDRC proibiu os promotores de títulos corporativos de atuarem em projetos de habitação não social (Zhenzhen, 2018).

Quadro 2 — Critérios de divisão dos centros urbanos chineses em níveis

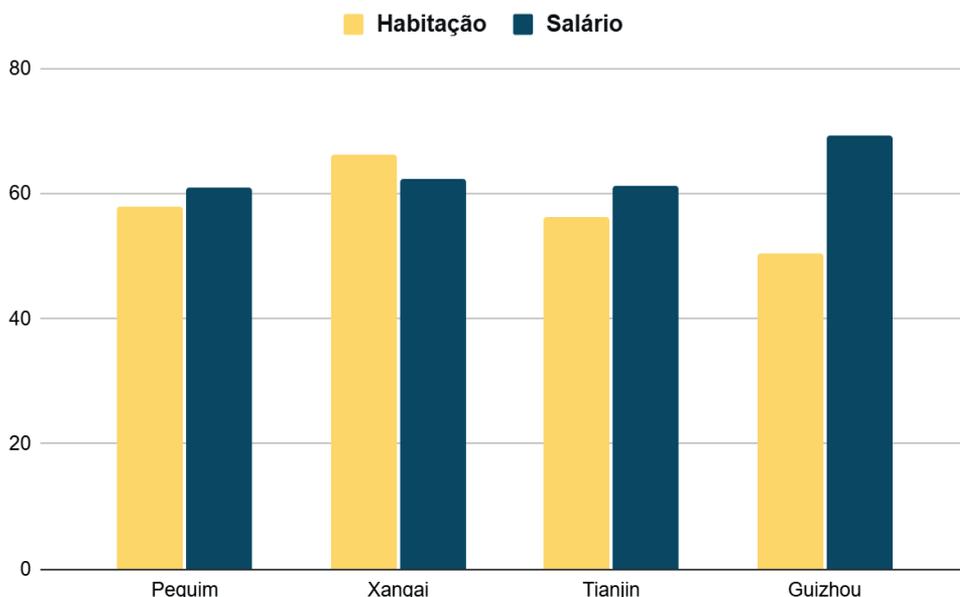
Nível	Critérios
1	Áreas metropolitanas mais desenvolvidas, cidades com grandes demandas habitacionais mas oferta restrita*
2	Cidades grandes, industrializadas e com economia local forte
3	Cidades médias com altos rendimentos
4	Cidades abaixo da média de desenvolvimento econômico e de dimensão territorial

Fonte: elaboração própria, com base em Zhenzhen (2018).

Nota: (*) Pequim, Xangai, Shenzhen e Guangzhou.

O preço médio de venda das habitações por metro quadrado cresceu menos que o salário médio dos cidadãos, sendo que em todos os níveis os preços da habitação são reajustados conforme o aumento da faixa salarial. Para compreender melhor essa questão, podemos citar as cidades de Pequim, Xangai, Tianjin e Guizhou, comparando o preço médio de suas habitações ao valor médio dos salários (Zhenzhen, 2018), conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 — Variação (%) do preço médio de venda de habitações e da renda salarial média — cidades chinesas selecionadas, 1999-2016



Fonte: elaboração própria, com base em NBSC (2022).

A coordenação do desenvolvimento regional da área Pequim-Tianjin-Hebei (Jing-Jin-Ji), junto com a criação da Nova Área de Xiong'an, pode representar a aplicação avançada dos conceitos de *desenvolvimento regional coordenado e urbanização de novo tipo*. Sendo uma região estratégica com disparidades socioeconômicas, busca-se integrar suas funções por meio da complementaridade entre os centros de Pequim, Tianjin e Hebei. Pequim irá se consolidar como centro político e de inovação, Tianjin, pela pesquisa industrial, e Hebei, como uma zona de

modernização industrial e ambiental. A Nova Área de Xiong'an é projetada para se voltar à inovação, tecnologia, economia verde e qualidade de vida, e, com isso, irá aliviar a sobrecarga urbana de Pequim, transferindo funções e atividades para uma nova centralidade conectada pela rede de trens de alta velocidade e formando um triângulo estratégico com Pequim e Tianjin. Esse projeto é uma comprovação dos objetivos do PCCh de reduzir desigualdades regionais e estabelecer Jing-Jin-Ji como um motor de crescimento e inovação para a China (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Percebe-se que as políticas territoriais do Estado chinês evoluíram com o desenvolvimento econômico, comprovando que a NFES tem forte influência sobre o ordenamento territorial, principalmente após as reformas de 1978. O planejamento urbano-regional transformou-se em motor desse desenvolvimento, articulando o papel do Estado na coordenação dos grandes projetos com uma atuação direta de bancos e empresas públicas (GCEEs), promovendo a integração de mercados. A *forma-planejamento*, representada pela coordenação territorial, e as *formas-projeto*, como a rede de trens de alta velocidade e a Nova Área de Xiong'an, demonstram a capacidade do Estado chinês de intervir no ordenamento do território, instaurando um padrão de urbanização novo, alterando o cálculo econômico do valor de troca para a utilidade social e demonstrando que existe na China a transição de um desenvolvimento orientado pelo mercado para um novo, cada vez mais baseado no planejamento estatal, sugerindo que o socialismo está cada vez mais maduro na nova formação econômico-social chinesa (Boa Nova; Jabbour; Cambuhy, 2023).

Essa transformação da agricultura pela qual a China passa — tecnificação e especialização produtiva — aponta para a transformação da agricultura em indústria. Essas mudanças no modo de produção interno têm como palco a estrutura agrária. Por isso, a ordenação do território pelo Estado está em constante mudança nestas últimas décadas

4. CONCLUSÃO

Sintetizando a discussão do presente artigo, podemos afirmar que a teoria da NEP, adaptada do pensamento de Ignácio Rangel, fornece uma nova conceituação para analisar e compreender os paradigmas chineses, indo na contramão das teorias hegemônicas praticadas no mundo, especialmente no que diz respeito a inovações institucionais e econômicas. A NEP se apresenta como uma antítese à financeirização, priorizando o setor produtivo, a regulação estatal e o planejamento estratégico, elementos centrais bem perceptíveis na economia chinesa, assim como o planejamento econômico e controle estatal, os ciclos de inovação institucional e a reorganização de setores, a racionalização do cálculo econômico e a transferência intersetorial de recursos. Oferecendo uma lente poderosa para a interpretação da China contemporânea, esse modelo em transformação constante é o reflexo da capacidade do Estado chinês para adaptar, regular e criar instituições para o enfrentamento de desafios internos e externos, moldando-se pelo projetamento econômico com implicações no desenvolvimento global, principalmente do Sul Global, através da Nova Rota da Seda.

Partindo do pressuposto de que a NEP integra o socialismo de mercado com características chinesas, ela também influencia significativamente o combate à pobreza e o ordenamento do território, através de um conjunto de ações coordenadas pelo Estado, buscando promover o desenvolvimento econômico e social de maneira equilibrada através de pontos centrais que interferem na materialidade chinesa: crescimento econômico e infraestrutura, políticas públicas de combate à pobreza direcionadas, sistema *Hukou*, urbanização de novo tipo, desenvolvimento regional coordenado e reformas no mercado imobiliário e financeiro. É perceptível a intervenção estatal na coordenação estratégica para a promoção de um desenvolvimento territorial planejado, atuando como motor da redução de pobreza e integração de diferentes regiões.

Fica demonstrado que essas materialidades são transformações que não estão limitadas à esfera econômica da China, mas, na verdade, são totalmente ligadas às políticas de um Ebes com características chinesas e à reorganização de todo o espaço geográfico chinês. O ordenamento territorial e as políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico estão diretamente ligados a uma nova economia do projetamento, fenômeno que está longe de facilidades para chegarmos à sua total compreensão.

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro do Grupo de Pesquisa Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico (GEOTDE-UFSC) e do Grupo de Estudos sobre China (Gechina/UnB).

► Texto recebido em 5 de outubro de 2024; aprovado em 21 de janeiro de 2025.

- BOA NOVA, Vitor Vieira Fonseca; JABBOUR, Elias Marco Khalil; CAMBUHY, Melissa Caroline. A nova economia do projeto superior de intervenção do Estado chinês no território. **Geosul**, v. 38, n. 87, p. 69-93, 2023. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2023.e91766>>. Acesso em: 4 out. 2023.
- CAMBUHY, Melissa Caroline; SIQUEIRA NETO, José Francisco. Planejamento, inovação e consumo construindo a “sociedade harmoniosa” chinesa. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 271-295, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p270>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- CASTRO, Marcio Henrique. Elementos de economia do projeto. In: HOLANDA, Felipe Macedo; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira Souza; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso (Org.). **Ignácio Rangel: decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014. p. 202-229.
- CINTRA, Marcos Antonio; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, p. 381-400, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n02a07>>. Acesso em: 14 jun. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; DANTAS, Alexis. The political economy of reforms and the present Chinese transition. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 37, n. 4, p. 789-807, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572017v37n04a08>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- _____; VADELL, Javier. Da nova economia do projeto à globalização instituída pela China. **Estudos Internacionais**, v. 9, n. 4, p. 90-105, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2021v-9n4p90-105>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil et al. A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 17-48, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p17>>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; KOSINSKI, Daniel Santos. O renmimbi digital: soberania monetária e tecnologia a serviço da “nova economia do projeto”. **Geosp Espaço e Tempo**, v. 26, n. 1, p. e-188415, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geosp.2022.188415>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; PAULA, Luiz Fernando de. A China e a “socialização do investimento”: uma abordagem Keynes-Gerschenkron-Rangel-Hirschman. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272217>>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- JABBOUR, Elias Marco Khalil; RODRIGUES, Bernardo Salgado. A “nova economia do projeto” no combate à covid-19 e as capacidades estatais chinesas como força política estratégica. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro. v. 25, n. 2, p. e212525, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198055272525>>. Acesso em: 29 abr. 2023.
- JIANG, Zemin. Report at the 15th National Congress of the Communist Party of China. [September 12, 1997]. **Wellesley College**, [s.d.]. Disponível em: <<http://academics.wellesley.edu/Polisci/wj/308S/Readings/jzm15CCP.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- MAIA, Isis Paris. **Políticas direcionadas ao enfrentamento da extrema pobreza na China: uma análise dos arranjos de implementação**. 2023. 107 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.
- MATHIAS, João Felipe Cury Marinho et al. Green New Deal como estratégia de desenvolvimento pós-pandemia: lições da experiência internacional. **Revista Tempo do Mundo**, n. 26, p. 145-174, 2021.
- NBSC. **China statistical yearbook 2022**. Beijing: National Bureau of Statistics of China, 2022. Disponível em: <www.stats.gov.cn/sj/ndsj/2022/indexeh.htm>. Acesso em: 7 nov. 2022.
- NOGUEIRA, Isabela; GUIMARÃES, João Victor; BRAGA, João Pedro. Inequalities and capital accumulation in China. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 449-469, 2019.
- RANGEL, Ignácio Mourão. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Editora Bial, 1987.
- SAMPAIO, Ana Caroline de Sousa. **Sistema teórico chinês, combate à pobreza e prosperidade comum**. 2023. 139 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- WEINS, Niklas Werner; FERREIRA, Leila da Costa; FEODRIPPE, Rita de Cassia Oliveira. O papel da “civilização ecológica” chinesa na nova ordem ambiental internacional: ideias para um mundo pós-covid. **Geosul**, v. 35, n. 77, p. 504-530, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2177-5230.2020v35n77p504>>. Acesso em: 23 abr. 2023.
- ZHENZHEN, Liu. **Mercado imobiliário chinês: a maior bolha da história?**. 2018. 47 f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2018.